

## PARA EDUCAR CRIANÇAS FEMINISTAS: UM MANIFESTO COMO UM CAMINHO PARA UM ENSINO ANTIRRACISTA E ANTIMISÓGINO

Talita Ferreira Ferraz

*Mestranda em Letras: Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e graduada em Letras pela mesma instituição.*

Rodrigo Correa Machado

*Professor Adjunto do Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Graduado em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Mestre em Letras por essa mesma instituição. Doutor em Estudos de Literatura pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui pós-doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atua no Programa de Pós-Graduação em Letras da UFOP. Os seus interesses de pesquisa se focalizam nas relações entre literatura e cultura, literatura e decolonialidade, ensinos de literaturas, literaturas de língua portuguesa, literatura LGBTQIA+.*

**RESUMO:** O presente artigo parte de uma reflexão sobre o atual desinteresse pela literatura dos estudantes brasileiros, uma vez que o ensino literário ainda é canônico, excluindo os autores subalternos. Diante disso, propõe-se a análise crítica da obra *Para educar crianças feministas: um manifesto*, da autora nigeriana Chimamanda Adichie. Para tanto, o trabalho terá como metodologia os pressupostos da decolonialidade, principalmente os do feminismo decolonial, termo cunhado por Lugones (2020). Com tais medidas, espera-se contribuir com a construção de um ensino de literatura antimisógeno e antirracista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Chimamanda Adichie; feminismo decolonial; ensino; antimisógeno; antirracista.

**ABSTRACT:** This article starts from a reflection on the current lack of interest in literature by Brazilian students, since literary education is still canonical, excluding subordinate authors. Therefore, it proposes a critical analysis of the work *Dear Ijeawele, or A Feminist Manifesto in Fifteen Suggestions*, by Nigerian author Chimamanda Adichie. Therefore, the work will have as methodology the assumptions of decoloniality, especially those of decolonial feminism, a term coined by Lugones (2020). With such measures, it is expected to contribute to the construction of anti-misogynist and anti-racist literature teaching.

**KEYWORDS:** Chimamanda Adichie; decolonial feminism; teaching; anti-misogynist; anti-racist.

## INTRODUÇÃO

O interesse pela pesquisa sobre a decolonialidade feminista se deu através da necessidade de dar voz àquelas vozes que tantas vezes foram silenciadas pelas estruturas de poder. Senti a premência de contestar a colonialidade do saber, de dar visibilidade à escrita do colonizado e não do colonizador, de romper com as amarras do conhecimento eurocentrado. Nessa imersão de busca, deparei-me com Chimamanda Ngozi Adichie, autora nigeriana negra e feminista que gritou palavras para o mundo ouvir. A primeira vez que a vi foi em uma palestra do TED (Technology, Entertainment and Design), cujo tema era *O perigo de uma história única*. Nesse evento, Chimamanda nos abre os olhos para a importância de se ouvir os dois lados de uma história, expondo a relevância de escutar o lado do outro, no caso, o dos oprimidos pelo sistema violento que foi a colonização (e que ainda hoje reverbera nos desdobramentos da mesma).

A fala da autora me despertou uma grande curiosidade pelo assunto e, absorva em seus excelentes textos que tratam de questões como imigração, relações familiares, raça e feminismo, eu, uma mulher branca que vive no Brasil e que, tendo como alicerce os fundamentos de Todorov (2020) de que a literatura encontra-se em perigo, dado que a forma como ela é ensinada faz com que os jovens não criem o hábito pela leitura, senti a necessidade de expandir a produção literária trabalhada nas escolas. E isso porque, conforme Machado e Soares (2021), o cânone brasileiro observado na educação básica ainda exclui os sujeitos subalternizados e, quando trabalhados, muitas vezes imperam o viés estruturalista, afastando-se da realidade dos estudantes. Tais questões nos fazem refletir sobre a relação entre conhecimento e poder, uma vez que:

Erudição e ciência estão intrinsecamente ligados ao poder e à autoridade racial. Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual conhecimento tem feito parte das agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (KILOMBA, 2019: 50).

Diante disso, percebe-se que as instituições educacionais brasileiras ainda são excludentes no tocante à literatura, isto é, acabam se prendendo num sistema de ensino muito tradicional, fazendo com que os alunos não sintam ânimo em aprender a literatura. Diferente de Todorov (2020) que cresceu em bibliotecas e aprendeu a desfrutar da leitura desde cedo, as crianças, sobretudo as de escola pública brasileira, dependem dos

professores de português para se aproximarem da literatura. Todavia, muitos docentes não só trabalham apenas aspectos teóricos em detrimento do livro de literatura, como também apresentam apenas o cânone literário, excluindo autores subalternizados e contribuindo, a meu ver, para que os alunos não desenvolvam o prazer em ler.

Nessa perspectiva, penso que as escolas deveriam apresentar para seus alunos que a literatura não se restringe ao cânone estabelecido pela classe dominante. Portanto, os professores poderiam apresentar textos contemporâneos que se aproximem da realidade dos discentes, como os de autoria negra feminina. Em tal panorama, creio que a leitura de *Para educar crianças feministas: um manifesto*, de Chimamanda Adichie, além de comprovar que a produção artística não se restringe aos padrões eurocêntricos, contribuiria com o ensino decolonial feminista, já que a obra, baseada na experiência pessoal da autora, aconselha sobre como as crianças podem ser educadas para que o mundo seja mais justo tanto para homens como para mulheres (CHIMAMANDA, 2017). Assim, a fim de que o ensino da literatura seja antimisógino e antirracista, e com o intuito de resgatar o prazer pela literatura dos indivíduos, proponho a análise do referido livro, e suas contribuições para o ensino da literatura na sala de aula, para tanto me basearei nos pressupostos da decolonialidade, sobretudo, os do feminismo decolonial.

## DECOLONIALIDADE FEMINISTA

A globalização, segundo o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), advém do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado; padrão de poder em que a classificação social da população estava alinhada à ideia de raça. Trata-se de “uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo.” (QUIJANO, 2005: 117). Além disso, o estudioso acrescenta que:

No decurso da evolução dessas características do poder actual foram-se configurando novas identidades sociais da colonialidade – índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços – e as geoculturais do colonialismo, como América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente (as suas últimas, mais tarde, Ásia), Ocidente ou Europa (Europa Ocidental, depois). E as relações intersubjectivas correspondentes, nas quais se foram fundindo as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram-se configurando como um novo universo de relações intersubjectivas de dominação sob hegemonia eurocentrada. Esse específico universo é o que será depois denominado como a modernidade. (QUIJANO, 2000: 74).

A dominação europeia sob os continentes americano, asiático e africano fez com que ocorresse o ofuscamento da cultura destes indivíduos, consolidando a cultura da Europa como hegemônica. Essa imposição cultural da Europa sob os colonizados marca aquilo que Quijano (2005) vem a chamar de colonialidade do poder, que representa a “constituição de um poder mundial capitalista, moderno/ colonial e eurocentrado a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores.” (MAIA e MELO, 2020: 232). Tal poder, para Quijano (2000), é o lugar em que há relações sociais de exploração e dominação em torno da disputa pelo trabalho, pela natureza, pelo sexo, pela subjectividade e pela autoridade.

A partir das noções de colonialidade de poder e da modernidade estabelecida por Aníbal Quijano, a filósofa e ativista feminista María Lugones tece a sua crítica sobre as limitações do estudioso. Segundo Lugones (2008), Aníbal Quijano apresenta um olhar patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle não só do sexo, como de seus recursos e produtos, uma vez que:

Ele aceita o entendimento capitalista, eurocêntrico e global sobre o gênero. Seu quadro de análise – capitalista, eurocêntrico e global – mantém velado o entendimento de que as mulheres colonizadas, não brancas, foram subordinadas e destituídas de poder. Conseguimos perceber como é opressor o caráter heterossexual e patriarcal das relações sociais quando desmistificamos as pressuposições de tal quadro analítico. (LUGONES, 2020: 61).

A indiferença dos homens acerca da violência sofrida pelas mulheres de cor<sup>1</sup>, não brancas e vítimas da colonialidade do poder e da colonialidade de gênero, faz com que Lugones (2020) inicie uma investigação sobre a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade, na qual estabelece a ligação entre dois marcos: o primeiro diz respeito aos estudos feministas sobre gênero, raça e colonização, enquanto o segundo se refere aos princípios de “colonialidade do poder”, introduzido por Aníbal Quijano. Tal pensador refere-se a gênero e raça como categorias diferentes, mas “somente ao perceber gênero e raça como tramados ou fundidos indissolúvelmente, podemos realmente ver as mulheres de cor.” (LUGONES, 2020: 66).

Além do mais, Lugones (2020) afirma que o termo “mulher” refere-se apenas às mulheres brancas heterossexuais burguesas, omitindo a desumanização implicada pela

---

1 Termo que Lugones (2020) utiliza para se referir a não apenas uma identidade, mas sim às mulheres subalternas vítimas de múltiplas dominações da colonialidade de gênero nos Estados Unidos. Todavia, segundo a estudiosa, esse grupo é aberto, englobando a interação intercultural.

colonialidade de gênero burguesa. É com base nesses dois marcos que a autora desvela o “sistema moderno-colonial de gênero”, uma organização social que possui o intuito de não só educar, como identificar “os processos do sistema de gênero colonial/moderno em sua longa duração, enredados à colonialidade do poder até hoje.” (LUGONES, 2020, p. 86). Sendo assim, a estudiosa esclarece a relevância de termos um feminismo de resistência, a fim de que possamos:

contestar as formas de dominação, para que assim sejam oportunizadas construções epistemológicas em que mulheres que estão no entre lugar, nas fronteiras, que vivam múltiplas opressões possam ter outras oportunidades. Então precisamos descolonizar o saber e o ser para dar espaço para um feminismo decolonial. Desta forma, será possível escutar a voz dos não ditos, dos não humanos (mulheres, negras, indígenas entre outras) ou seja, dar voz a categorias que não foram representadas. (RIBEIRO; GONÇALVES: 5-6).

Somado a isso, Audre Lorde (2019) informa que, para combater a colonialidade do poder que faz com que o modo de vida europeu seja o centro de tudo, é importante que as mulheres, sobretudo as negras, se apoiem em suas ideias. Ela reforça que no interior “de cada uma de nós, mulheres, existe um lugar sombrio onde cresce, oculto, e de onde emerge nosso verdadeiro espírito, “belo/ e resistente como castanha/ pilares se opondo ao (seu) nosso pesadelo de fraqueza” e de impotência.” (LORDE, 2019: 46). Sendo assim, vê-se a necessidade de exaltar a escrita de resistência da autora negra e feminista Chimamanda Adichie, a fim de descolonizar o saber, incentivar a leitura de autores negros nas escolas e fazer com que os leitores se sintam familiarizados com o feminismo decolonial.

## **A ESCRITA DECOLONIAL FEMINISTA DE CHIMAMANDA**

De acordo com os preceitos de Kilomba (2019), a colonização impôs o silêncio dos colonizados, dado que torturou vozes, rompeu línguas, impôs idiomas e impediu discursos. Todavia, ainda segundo a teórica, a escrita é um ato político que surge como uma forma de resistência, que transforma a pessoa descrita naquela que descreve. Esse ato de tornar-se sujeito da própria história é representado por Chimamanda Ngozi Adichie, autora que se denomina como uma contadora de história. A escritora, ensaísta e militante feminista, nasceu em 1977, na cidade de Enugu, mas cresceu em Nsukka, ambas situadas na Nigéria. Sua mãe, Grace Ifeoma Adichie, era tabeliã, e seu pai, James Nwoye Adichie, era professor universitário, o que fez com que eles e seus seis filhos morassem

no campus universitário. Aos dezenove anos, Chimamanda se mudou para os Estados Unidos, onde não só estudou Comunicação e Ciência Política, como realizou o seu mestrado em Escrita Criativa.

Em sua trajetória como escritora, Chimamanda lançou diversos livros, sendo eles *Hibisco roxo* (2003), *Meio sol amarelo* (2006) – que além de ter sido vencedor do Orange Prize, prêmio anual do Reino Unido que elege a melhor obra de ficção escrita pelas mulheres, foi adaptado ao cinema –, *No seu pescoço* (2009) *Sejamos todos feministas* (2015), *Americanah* (2013), *O perigo de uma história única* (2018), e *Notas sobre o luto* (2021). Apesar de todos serem de extrema relevância para a contemporaneidade, o objeto de estudo deste trabalho é a obra *Para educar crianças feministas: um manifesto* (2017), cujo título em inglês é *Dear Ijeawele, or a feminist manifesto in fifteen suggestions*. Tal livro, traduzido por Denise Bottmann e publicado pela Companhia das Letras, é escrito em gênero epistolar, dado que se trata de uma adaptação de uma carta em que a autora responde a Ijeawele, sua amiga de infância, sobre como essa última poderia criar, de maneira feminista, a sua filha. A pergunta fez com que Chimamanda, em suas instigações, resolvesse buscar a fundo como a educação feminista poderia contribuir com a educação das crianças.

Em um primeiro momento, ao tentar definir as reações que levariam ao feminismo, Chimamanda aponta duas ferramentas feministas, a primeira é a premissa que diz respeito ao reconhecimento de valores igualitários, e a segunda refere-se à inversão de papéis. Ou seja:

A segunda ferramenta é uma pergunta: a gente pode inverter X e ter os mesmos resultados? Por exemplo: muita gente acredita que, diante da infidelidade do marido, a reação feminista de uma mulher deveria ser deixá-lo. Mas acho que ficar também pode ser uma escolha feminista, dependendo do contexto. Se o Chudi dorme com outra mulher e você o perdoa, será que a mesma coisa aconteceria se você dormisse com outro homem? Se a resposta for “sim”, então sua decisão de perdoá-lo pode ser uma escolha feminista, porque não é moldada pela desigualdade de gênero. (ADICHIE, 2017: 12-13).

Todavia, nota-se que, na contemporaneidade, ainda não há igualdade de gênero. Hooks (2013) relata que, na infância, vivenciou a desigualdade entre seus pais, já que percebia que seu pai era mais importante que sua mãe, visto que a decisão dessa última podia ser revertida pela do pai. Além disso, a feminista negra revela que a sua vida cotidiana era “repleta de dramas patriarcais – o uso de coerção, punição violenta e assédio verbal para manter a dominação masculina.” (HOOKS, 2013: 161). Nesse sentido, é

possível perceber que a inversão de papéis ainda não resulta em direitos iguais, sendo uma ação que ainda passa por um processo de lenta mudança.

Em seguida, Adichie (2017) traz quinze sugestões de como criar crianças feministas. Sua primeira recomendação é que as mulheres sejam completas, que vivam além da maternidade, isto é, que rompam com a tradição de que as mães tenham que ser dependentes do marido. E ela reitera:

As pessoas vão usar a “tradição” seletivamente para justificar qualquer coisa. Diga-lhe que uma família com dupla fonte de renda constitui a verdadeira tradição igbo, não só porque as mães plantavam e comercializavam antes do colonialismo britânico, mas também porque o comércio era uma atividade exclusivamente feminina em Igbolândia. (ADICHIE, 2017: 15).

Em adição a isso, a escritora critica a romantização da mulher que dá conta de todos os afazeres. E isso porque o “trabalho de cuidar da casa e dos filhos não deveria ter gênero, e o que devemos perguntar não é se uma mulher consegue “dar conta de tudo”, e sim qual é a melhor maneira de apoiar o casal em suas duplas obrigações no emprego e no lar.” (ADICHIE, 2017: 18). Todavia, isso ainda não é uma atitude comum na sociedade, dado que as mulheres acabam se desdobrando para trabalharem fora e ainda cuidarem da casa. Além da dupla jornada de trabalho, ainda se enfrenta a desigualdade salarial e “as mulheres negras ainda são o grupo que recebe os menores salários do país quando observado o recorte de sexo e raça.” (LORDE, 2019: 76).

A segunda sugestão é que tanto o pai quanto a mãe compartilhem as tarefas e cuidados com os filhos. Ademais, a autora ressalta que a esposa não deve acreditar que o marido que contribui com os deveres está ajudando, pois ao “dizermos que os pais estão “ajudando”, o que estamos o que sugerimos é que cuidar dos filhos é território materno, onde os pais se aventuram corajosamente a entrar.” (ADICHIE, 2017: 20). Esses comportamentos corriqueiros, apesar de parecerem inofensivos, retratam como o sexismo faz parte do dia a dia do casal, já que grande parte dos homens acredita que as tarefas domésticas são obrigações das mulheres, restando a eles ajudarem apenas quando lhes convém. Nesse panorama, é importante evidenciar que essas práticas sexistas podem partir até mesmo do feminino, já que:

Quando mulheres se organizaram pela primeira vez em grupos para, juntas, conversar sobre questões relacionadas ao sexismo e à dominação masculina, elas foram claras quanto ao fato de que mulheres eram tão socializadas para acreditar em pensamentos e valores sexistas quanto os homens. A diferença está apenas no fato de que os homens se beneficiaram mais do sexismo do que

as mulheres e, como consequência, era menos provável que eles quisessem abrir mão dos privilégios do patriarcado. Antes que mulheres pudessem mudar o patriarcado, era necessário mudar a nós mesmas; precisávamos criar consciência. (HOOKS, 2020: 25).

O trecho acima revela a importância da conscientização feminista como resposta à opressão sexista. Essa ação, associada às estratégias políticas, visa o combate à dominação masculina, bem como possibilita a mudança internalizada das mulheres, para que não haja sexismo de mulheres sob outras mulheres. Em continuidade, a terceira instrução é que a criança aprenda que os “papéis de gênero” são totalmente absurdos.” (ADICHIE, 2017: 21), e que o fato de ser menina não justifica que ela deva ou não fazer alguma tarefa. Adichie (2017) relembra de sua infância:

Lembro que me diziam quando era criança para ‘varrer direito, como uma menina’. O que significava que varrer tinha a ver com ser mulher. Eu preferiria que tivessem dito para varrer direito, pois assim vai limpar melhor o chão’. E preferiria que tivessem dito a mesma coisa para os meus irmãos. (ADICHIE, 2017: 21-22).

Tal passagem nos revela que o gênero feminino está sujeito ao julgamento machista desde criança. Nesse sentido, Lorde (2019) ressalta a importância de as mulheres lutarem pela sua liberdade, a fim de proporcionar um futuro melhor para elas e para os infantes. Essa revolução requer mudanças imediatas, pois nossas “crianças não podem sonhar a menos que vivam, não podem viver a menos que sejam cuidadas, e quem daria a elas o verdadeiro alimento sem o qual seus sonhos não seriam diferentes dos nossos?” (LORDE, 2019: 48).

Os estereótipos de gênero oprimem e limitam as crianças desde cedo. Adichie (2017) revela que enquanto as lojas de roupas infantis restringem a cor rosa às meninas e o azul aos meninos, as de brinquedos incentivam o sexo masculino a brincar com jogos de ação e o feminino com atividades passivas, com a maioria sendo bonecas. No ano de 2016, a autora presenciou debates em torno das mulheres e a cozinha, e reitera que saber “cozinhar não é algo que vem pré-instalado na vagina. Cozinhar se aprende. Cozinhar – o serviço doméstico em geral – é uma habilidade que se adquire na vida, e que teoricamente homens e mulheres deveriam ter.” (ADICHIE, 2017: 22).

Outro exemplo dado pela autora foi o relato de uma conhecida sobre o comportamento das mães, em um local de recreação infantil, que era mais controlador em relação às meninas do que aos meninos. “Sua teoria é que pais e mães inconscientemente começam muito cedo a ensinar às meninas como devem ser, que elas têm mais regras e



menos espaço, e os meninos têm mais espaço e menos regras.” (ADICHIE, 2017: 27). Nota-se, portanto, que a opressão sexista se inicia logo no seio familiar, e a noção de família passa a ser “um espaço em que somos educados desde o berço para aceitar e apoiar formas de opressão.” (HOOKS, 2019: 71). Para combater os estereótipos de gênero, Adichie (2017) aponta a necessidade de ensinar meninas a ter autonomia. Sendo assim, ela afirma: “Ensine-a consertar as coisas quando quebram. A gente supõe rápido demais que as meninas não conseguem fazer várias coisas. Deixe-a tentar. Ela pode não conseguir, mas deixe-a tentar. Compre-lhe brinquedos como blocos e trenzinhos – e bonecas também, se você quiser” (ADICHIE, 2017: 28).

A quarta sugestão refere-se ao alerta sobre o perigo de um feminismo leve, o qual trata-se de “analogias como ‘ele é a cabeça e você é o pescoço’. Ou ‘ele está na direção, mas você é o copiloto’. Mais preocupante ainda é a ideia, no Feminismo Leve, de que os homens são naturalmente superiores, mas devem ‘tratar bem as mulheres’.” (ADICHIE, 2017: 29). Vale salientar que essas analogias que remetem à ideia de que as mulheres são inferiores aos homens tornam relevante a necessidade da conscientização feminista, a fim de que o sistema de dominação do patriarcado seja rompido.

O aconselhamento seguinte é ensinar a criança não só a ler como a adquirir o gosto pela leitura. (ADICHIE, 2017). E isso porque os “livros vão ajudá-la a entender e questionar o mundo, vão ajudá-la a se expressar, vão ajudá-la em tudo o que ela quiser ser – chefs, cientistas, artistas, todo mundo se beneficia das habilidades que a leitura traz.” (ADICHIE, 2017: 34). Além de contribuir com o aumento do vocabulário do leitor, a leitura auxilia na memória e na imaginação. Ou seja, a “literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver.” (TODOROV, 2020: 76).

Sucessivamente, Adichie (2017) argumenta sobre a relevância do senso crítico, isto é, do questionamento da linguagem. É o ato de questionar que fez com que Hooks (2020) aprendesse sobre a educação como prática libertadora, refutando assim a educação bancária, aquela baseada na memorização, e defendendo um ensino em que os alunos transgridam as fronteiras. Sendo assim, quanto antes as crianças aprenderem a repensar, maiores serão as ideias transformadoras.

A sétima sugestão é que os pais deixem claro aos seus filhos que o matrimônio não é uma realização, tampouco algo que deva ser aspirado. Segundo Adichie (2017), a

sociedade estranha quando a mulher não altera o seu sobrenome para o do marido, caso que aconteceu com ela. Somado a isso, a autora ressalta que o “valor que damos a ‘sra.’ significa que o casamento muda a posição social da mulher, mas não a do homem. (ADICHIE, 2017: 44). Diante disso, vê-se como os valores culturais em relação ao casamento ainda são patriarcais, uma vez que a população ainda crê que, ao casar-se, a mulher deve alterar o seu sobrenome pelo do parceiro.

A instrução seguinte é que a criança cresça sem a preocupação de agradar, e que, ao invés disso, aprenda a ser honesta, bondosa e corajosa. Esse aconselhamento se dá, pois, segundo Beauvoir (1967), a sociedade espera que a mulher se faça de objeto, que seja um ser passivo, e, portanto, tratam-na como boneca, fazendo com que ela renuncie à sua autonomia e não se afirme como sujeito. Além disso, Chimamanda Adichie instrui a Ijeawele, e concomitantemente os pais, a ensinar a filha a ter suas próprias opiniões, mesmo que isso desagrade os outros: “Mostre-lhe que não precisa de que todo mundo goste dela. Diga-lhe que, se alguém não gosta dela, outro gostará. Ensine-lhe que ela não é apenas um objeto de que gostam ou desgostam, ela também é um sujeito que pode gostar ou desgostar.” (ADICHIE, 2017: 50). Nesse sentido, evidencia-se o empoderamento da mulher negra, que passa a reconhecer os seus direitos e a buscar o poder. Diante disso, Lorde (2019) traz a simbologia da libertação das mulheres negras, a qual é representada pela imagem da mulher angolana que segura um bebê em uma mão e uma arma na outra. Com tal referência, a estudiosa argumenta que quando as mulheres negras se unirem, formarão alianças capazes de reconhecer os interesses culturais, sociais, emocionais e políticos, resultando em um avanço para a comunidade negra.

Outrossim, em sua nona sugestão, Adichie alerta sobre a relevância de a criança desenvolver um senso de identidade, isto é, que ela tenha conhecimento sobre a sua cultura. Sendo assim, ao direcionar a atenção para Chizalum, a autora aborda a importância de essa última não só conhecer a cultura igbo da qual faz parte, mas também a discordar daquilo que não crê:

A cultura igbo é bonita porque valoriza a comunidade, o consenso, a dedicação ao trabalho, e a língua e os provérbios são lindos e cheios de profunda sabedoria. Mas a cultura igbo também ensina que uma mulher não pode fazer certas coisas porque é mulher, e isso é errado. A cultura igbo também se concentra mais do que deveria no materialismo e, embora o dinheiro seja importante – porque dinheiro significa independência –, você não deve valorizar as pessoas baseando-se em quem tem dinheiro e quem não tem. (ADICHIE, 2017: 52).

Ademais, a escritora aborda a necessidade de as crianças orgulharem-se da história do povo africano, bem como da diáspora negra. Ela argumenta que o currículo nigeriano deveria ser mais imbuído no que diz respeito ao orgulho da história da Nigéria, mas, ainda assim, os pais podem ensinar as crianças a sentirem esse orgulho, pois isso faz parte da identidade delas. Sendo assim, para preservar a cultura igbo, é importante que a criança ganhe um apelido igbo.

A fim de ajudar as meninas com suas inseguranças a respeito do corpo e incentivá-las a terem uma vida saudável, Adichie evidencia a importância dos esportes. Segundo ela, algumas adolescentes deixam de realizar atividades físicas por conta da puberdade, visto que se sentem incomodadas com o surgimento dos seios. Somado a isso, a autora explica que a criança deve ser livre para escolher se gosta ou não de apetrechos que envolvem a feminilidade, como maquiagem ou moda, e que a aparência nunca deve ser associada à moral. Outro ponto de destaque é a questão do padrão de beleza eurocêntrico imposto pela mídia, que Adichie refuta:

Chizalum desde cedo notará – pois as crianças são muito perspicazes – qual é o tipo de beleza que se valoriza. Verá nos filmes, nas revistas, na televisão. Verá que se valoriza a pele branca. Perceberá que o tipo de cabelo que se valoriza é o liso ou o ondulado, e é um cabelo que cai, em vez de ficar armado. Ela vai deparar com tudo isso, quer você queira ou não. Então, garanta que ela veja alternativas. Faça-a perceber que mulheres brancas e magras são bonitas e que mulheres não brancas e não magras são bonitas. Faça-a perceber que, para muitas pessoas e muitas culturas, a definição limitada não é bonita. É você quem mais conhece a sua filha, e assim é você quem sabe melhor como afirmar o tipo de beleza dela, como protegê-la para que não se sinta insatisfeita ao se olhar no espelho. (ADICHIE, 2019: 59).

Essa representação midiática da beleza feminina exposta por Chimamanda é, de acordo com Hooks (2020), reflexo da imposição do sexismo que privilegia os interesses da supremacia branca não só da indústria de moda patriarcal, como também de cosméticos. Tal padrão de beleza eurocêntrico e exclusivo valoriza a imagem de “mulheres magrelas, de cabelos pintados de loiro e com aparência de quem mataria por uma bela refeição.” (HOOKS, 2020: 61). Logo, com o intuito de que as crianças não se sintam inseguras consigo mesmas em relação às noções sexistas de beleza disseminadas pelas mídias de massa, é importante que os pais reafirmem o quanto as filhas são bonitas. Logo, essa libertação do corpo da mulher em relação ao pensamento sexista, consoante a Hooks (2020), possibilitará que as mulheres desenvolvam autoestima saudável.

Na sequência, a décima primeira sugestão remete a um alerta para o perigo de se atribuir a razão ao gênero masculino, dado que isso faz parte de uma biologia seletiva. Nesse contexto, Adichie cita o caso de uma iorubá que, por ser casada com um homem igbo, não cogita colocar o nome de sua criança em iorubá, visto que segue os fundamentos machistas de que a criança pertence ao homem. Todavia, essa atitude é repudiada pela autora, a qual alega que se a biologia guiasse a sociedade, então a mãe é que deveria ser a figura principal, já que ela é o genitor biológico.

Outra sugestão da autora é que os pais conversem sobre sexo com as crianças, ensinando que o corpo delas pertence a elas, além de lhes deixarem claro de que elas podem falar “não” quando não quiserem fazer algo, mesmo que isso vá contra as pressões. Nesse ínterim, Adichie se recorda de que, em sua infância igbo, as pessoas usavam a expressão “*ike*” para se referirem ao ânus e a vagina. Ela reitera que independente do nome que os pais escolherem para se referirem aos órgãos íntimos, é importante que esses nunca sejam carregados de vergonha, pois isso é reflexo do controle sob a sexualidade feminina. Segundo Lorde (2019), apesar de o erotismo sexual ser algo intrínseco à mulher, foi algo reprimido pela sociedade e o desejo sexual passou a ser associado a um sentimento de culpa. Diante disso, enxerga-se a necessidade de desmistificação desse mito, para que as meninas, além de terem conhecimento sobre o próprio corpo, consigam se libertar da deturpação masculina sob o erótico.

Posteriormente, Adichie menciona que é preciso preparar a criança para o seu futuro relacionamento amoroso, uma vez que o amor requer não só o sacrifício por uma das partes, mas que seja algo recíproco. Essa reciprocidade, segundo ela, deve existir até mesmo no ato de pedido de casamento, pois enquanto a sociedade pressupõe que o homem é quem deve pedir a mulher em casamento, o Feminismo Leve normaliza a ideia de que isso seja algo saudável e que possa partir também da mulher. Da mesma forma, a renda do casal deve vir daquele que tem condições, não sendo algo restrito ao marido.

Em sua décima quarta sugestão, a autora enfatiza a importância da igualdade de gêneros, pois o discurso de que mulheres são melhores que os homens é falho, uma vez que ambos são humanos, estando então sujeitos a qualidades e defeitos. Além disso, ela traz à tona o fato de que a misoginia é algo que também pode ser acometida pelo gênero feminino, ressaltando:

Refiro-me àquele tipo de antifeministas que adora dar exemplos de mulheres dizendo: ‘Não sou feminista’, como se uma pessoa nascida com vagina, ao declarar isso, estivesse de certa forma desacreditando automaticamente o

feminismo. Se uma mulher diz não ser feminista, a necessidade do feminismo não diminui em nada. No máximo, isso nos mostra a extensão do problema, o alcance real do patriarcado. Mostra-nos também que nem todas as mulheres são feministas e nem todos os homens são misóginos. (ADICHIE, 2017: 75-76).

Em adição, a escritora informa sobre a relevância de ensinar a criança sobre a diferença, pois ela “precisa saber e entender que as pessoas percorrem caminhos diferentes no mundo e que esses caminhos, desde que não prejudiquem as outras pessoas, são válidos e ela deve respeitá-los.” (ADICHIE, 2017: 77). Nesse contexto, Adichie ressalta a pertinência de ensinar a criança que “algumas pessoas são homossexuais e outras não. Uma criança tem dois pais ou duas mães porque é assim que algumas pessoas fazem.” (ADICHIE, 2017: 77). Por fim, ela finaliza a sua carta torcendo para que a criança tenha uma base familiar bastante informada, que a ensine a viver em sociedade, respeitando as diferenças. Além disso, ela aspira que os infantes, além de serem feministas, tenham saúde e muitas opiniões, vivendo da forma que julgarem melhor.

## **PARA EDUCAR CRIANÇAS FEMINISTAS: UM MANIFESTO E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A FORMAÇÃO DO LEITOR**

Conforme Machado e Soares (2021), a educação brasileira ainda não está desvinculada da colonialidade do poder e da colonialidade do saber, pois, apesar de a Constituição Federal de 1988 ter garantido por lei o direito de todos os cidadãos estudarem, ainda há uma grande parcela excluída do sistema escolar. Sendo assim, vê-se uma falha nos sistemas educacionais a respeito da permanência dos estudantes nas escolas. Dentre um dos fatores que levam à desistência em frequentar as aulas, está o desinteresse pela leitura. Tal desmotivação é “reflexo de uma mutação ocorrida no ensino superior. Se os professores de literatura, em sua grande maioria, adotaram essa nova ótica na escola, é porque os estudos literários evoluíram da mesma maneira na universidade: antes de serem professores, eles foram estudantes. (TODOROV, 2020: 35).

Vale notar que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente.” (FREIRE, 1989: n.p.). Todavia, há muitos professores que não levam isso em consideração quando preparam as suas aulas, focando apenas no ensino bancário, e afastando-se da realidade dos alunos. Tal prática, segundo

Freire (1989), deixa de lado o fato de que os discentes também ensinam os professores, mas há alguns educadores que são autoritários e “negam a solidariedade entre o ato de educar e o ato de serem educados pelos educandos; só eles separam o ato de ensinar do de aprender, de tal modo que ensina quem se supõe sabendo e aprende quem é tido.” (FREIRE, 1989: n.p). Logo, percebe-se a necessidade de um ensino interacionista que inclua a todos os envolvidos no processo de ensino- aprendizagem, pois os alunos e professores são sujeitos dotados de conhecimento e juntos contribuem para uma prática de ensino libertadora.

Ademais, a maioria dos docentes ainda dá aulas com enfoque no cânone tradicional, excluindo os escritores subalternizados. “Essa colonialidade do poder – que ainda perdura – estabeleceu e fixou uma hierarquia racializada: brancos (europeus), mestiços e, apagando suas diferenças históricas, culturais e linguísticas, “índios” e “negros” como identidades comuns e negativas. (WALSH, 2009: n.p). Diante disso, é perceptível que o ensino literário deve englobar os livros de autoria feminina, negra, LGBTQI, indígena e de classe social menos favorecida, para que os estudantes possam entrar em contato com outros tipos de literatura e, assim, compreender que se tratam de obras tão positivas quanto àquelas canônicas.

Sendo assim, vê-se a necessidade de despertar o interesse pela leitura dos alunos por meio de práticas pedagógicas que não só considerem a realidade deles, como também contribuam com a sua formação decolonial feminista. Para que isso seja possível, sugere-se a leitura de *Para educar crianças feministas: um manifesto*, visto que, além de sua autoria ser uma representação decolonial, dado que se trata de uma autora negra nigeriana, é uma obra contemporânea que ensina os leitores sobre o respeito e as diferenças, contribuindo com um mundo mais igualitário e menos preconceituoso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se fala sobre a causa do desinteresse dos brasileiros pela literatura, percebe-se que o assunto possui raízes muito mais profundas do que apenas o desânimo dos leitores, sendo algo enraizado no próprio sistema educacional brasileiro. O ensino de literatura no Brasil preza por trabalhar com o cânone composto por homens brancos, heterossexuais e de classe alta, fato que revela que a colonialidade do poder e do saber,

elementos discutidos por Aníbal Quijano, exclui os sujeitos subalternizados, como as mulheres, os negros, os homossexuais e a população de baixa renda.

Nesse sentido, a fim de despertar o prazer pela literatura, vê-se a necessidade de adotar como prática pedagógica um ensino decolonial feminista, expressão criada por María Lugones e que tem o objetivo de romper com as tradições eurocêntricas. Para que isso seja possível, sugere-se a leitura de *Para educar crianças feministas: um manifesto*, obra da autora negra e feminista Chimamanda Ngozi Adichie, que, por meio de quinze sugestões, ensina a sua amiga Ijeawele a como criar a sua filha como feminista. Todavia, as lições não servem apenas para Ijeawele, e sim para todo mundo que deseja aprender a fazer do mundo um lugar mais justo, igualitário e respeitoso. Portanto, o livro serve de alicerce para as pessoas que desejam criar o hábito da leitura, já que se trata de uma obra que não é prolixa e sim acessível.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. (2017). *Para educar crianças feministas: um manifesto*. 1ª ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

BEAUVOIR, Simone. (1967) *O segundo sexo – fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

FREIRE, Paulo (1982). *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez.

HOOKS, Bell. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.

HOOKS, Bell. (2020). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Bhuvi Libanio. 11ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

HOOKS, Bell. (2019). *Teoria feminista: da margem ao centro*. Trad. Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva.

KILOMBA, Grada. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogá.

LORDE, Audre. (2019). *Irmã outsider: ensaios e conferências*. Trad. Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

LUGONES, Maria. (2020). Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. p. 52-83.

MACHADO, Rodrigo C MM; SOARES, Ivanete B. (2021). *Por um ensino decolonial de literatura*. Revista Brasileira de Linguística Aplicada. 14 mai.

MAIA, Bruna; MELO, Vico. (2020). *A colonialidade do poder e suas subjetividades*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 15 n. 2 Julho.

QUIJANO, Aníbal. (2009). Colonialidade do Poder e Classificação Social. In SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Porto São Paulo: Cortez, p.73-114.

QUIJANO, Aníbal. (2005). Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección SurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina.

RAMOS, D. (2011). *Memória e Literatura: contribuições para um estudo dialógico*. Linguagem em (Re)vista, Niterói, v. 06, Nos. 11/12. p.92-104.

RIBEIRO, Joyce; GONÇALVES, Josimere. (2018). *Colonialidade de gênero: O feminismo decolonial de María Lugones*. Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso- Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande: Ed. da FURG.

TODOROV, Tzvetan. (2020). *A literatura em perigo*. 10 ed. Rio de Janeiro: DIFEL.

WALSH, Catherine. (2009). Interculturalidad crítica y pedagogia de-colonial: apuestas (des) de el in- surgir, re-existir e re-vivir. *Revista (entre palabras)*, Quito, v. 3, p. 1-29.